

# **AValiação INSTITUCIONAL DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RODRIGUEZ, Margarita Victoria  
MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo  
ALMEIDA, Karolyni Pacher Moti de

## **RESUMO**

Este relatório apresenta os resultados sobre a Avaliação Institucional de duas Universidades, do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo uma federal e a outra comunitária privada (confessional) no período da década de 1994 até 2004, com a finalidade de desvelar se as modificações introduzidas neste processo de avaliação serviram para democratizar a educação superior visando a implementação da qualidade educacional na visão dos que dela participam mais diretamente: professores, acadêmicos, funcionários administrativos e reitores ou é mais um instrumento burocrático visando o controle por parte do Ministério da Educação e Cultura. Para responder a essa questão central foram analisados documentos oficiais do Conselho Nacional de Educação, dos Órgãos Internacionais, publicações de diversos pesquisadores brasileiros, da América Latina e os documentos produzidos pelas IES que fazem parte da investigação.

**Palavras-chave:** avaliação institucional, políticas públicas e mecanismos de controle.

## **Introdução**

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa sobre a avaliação institucional desenvolvida em duas universidades do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1994 a 2004, na Universidade Católica Dom Bosco- UCDB e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. A pesquisa teve por objetivo investigar se a avaliação institucional é entendida como processo de auto-estudo construído de modo participativo, na procura da qualidade social, do aperfeiçoamento institucional e desenvolvimento da profissionalidade dos docentes, de modo que tenham condições de colaborar com a construção e socialização do conhecimento ou se é mero objeto burocrático para cumprir as determinações do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Para tanto, analisou-se o complexo processo de avaliação institucional de duas universidades do Estado de Mato Grosso do Sul e suas características e direcionamentos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas as quatro universidades do Estado, uma federal, uma estadual, uma privada comunitária e uma privada empresarial, mas foi permitido coletar dados somente nas duas citadas, embora a

Universidade Estadual tenha consentido a realização da coleta, mas não foi possível operacionalizar a coleta de dados por falta de agenda dos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O relatório encontra-se estruturado da seguinte forma: na primeira parte é apresentado o contexto das avaliações no ensino superior, surgidas desde a década de 1980 até chegarmos a denominada avaliação institucional, a segunda parte descreve de forma sucinta o Estado de Mato Grosso do Sul, a expansão do ensino superior e a aplicação da avaliação institucional nas instituições analisadas.

### **1. As Políticas de Avaliação na Educação Superior**

A educação superior nos últimos anos tem sido motivo de debates e controvérsias; em vários países foram implantadas reformas tentando adequá-la às “novas exigências sociais”. A discussão a respeito do papel da universidade e a forma como ela deve responder às demandas sociais atravessa a história da universidade latino-americana. Porém, será na década de noventa, do século vinte, que presenciou um embate descarnado contra as instituições universitárias, que foram acusadas de estar estagnadas e detidas no tempo, de não responder às exigências do mundo globalizado, de serem deficitárias e ineficientes. Por outro lado, especialmente os grupos conservadores e aqueles influenciados pelas idéias neoliberais, consideram as instituições públicas muito custosas e “elitistas” porque “só atendem a uma pequena parcela da sociedade”.

Entretanto, as instituições de educação superior, especialmente as universitárias, desde a abertura democrática, iniciaram um processo de análise e reflexão interna sobre o seu papel social. Para tanto, em várias instituições da região latino-americana foram instalados fóruns que discutiram as metas e sua função social. Iniciou-se, desse modo, na década de 1980, mediante a auto-avaliação, um longo caminho que levaria a questionar a formação dos futuros profissionais, a organização acadêmica e administrativa, os currículos, entre outros aspectos.

Na década de noventa, com a reestruturação capitalista e o esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social, a América Latina foi objeto de profundas reformas do Estado que afetaram as políticas públicas. Nesse contexto a universidade deixou de ser vista como uma instituição responsável pela construção e socialização do conhecimento, passando a ser considerada uma espécie de “empresa” na qual a qualidade foi substituída pela produtividade, e o saber pelo custo/benefício. Uma

consequência desse processo foi a expansão e disseminação de escolas, faculdades e cursos privados que vai pouco a pouco conseguindo desobrigar o Estado da educação pública e gratuita.

Este modelo de educação, sustentado por uma concepção tecnocrática visa a extensão da racionalidade técnica, que promove uma dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual; os ministérios de educação são ocupados por grupos de tecnocratas que operam como agentes dos Organismos Internacionais e implantam uma matriz organizacional com base na técnica e no desenvolvimento científico. Deste modo, a “tecnoburocracia” controla e organiza os aparelhos de Estado, apropriando-se da mais-valia devido aos altos salários que recebem e, ainda, estabelecem novas crenças e valores (ideologia planejada) com o intuito de manter o conformismo das classes trabalhadoras.

As tecnocracias educacionais, orientadas pela razão técnica, desconhecem qualquer processo criativo, espontâneo ou democrático, e se instala então a mentalidade da escola-empresa, para a qual o relevante é a eficácia, a quantidade, os resultados obtidos e o cumprimento rigoroso de regras estabelecidas. Surge uma preocupação com a medição da qualidade da educação e dos resultados, e novamente o enfoque tecnicista da década de 1960 se apodera do controle dos aparelhos do Estado, privilegiando um enfoque burocrático que reforça cada vez mais as diferenças e a concorrência.

O Estado de Bem-Estar Social, -modelo de organização social e política baseado na conciliação de classes a partir de um pacto social entre trabalhadores e capitalistas - implantado no início dos anos 1940, se desmonta na América Latina em meados dos anos 1980. Porém, este processo se inicia com a crise do petróleo nos anos 1970 que altera o modelo de crescimento, provocando uma grande recessão mundial com baixas taxas de crescimento e alta inflação. Com esgotamento do modelo de Bem-Estar, ganharam espaço as idéias neoliberais que influenciaram a educação, imprimindo nela um caráter instrumental e utilitarista, obrigando o sistema educacional a se ajustar às novas demandas da globalização e do mercado competitivo.

Nesse contexto o “Estado Interventor” é substituído pelo modelo de “Estado Regulador-avaliador”, implantando-se padrões de ação e controle utilizados no mercado.

A utilização de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos, e a necessidade de introduzir mecanismos de responsabilização e controle mais sofisticados fizeram da avaliação baseada em indicadores objetivos capazes de medir performances um pré-requisito para o acompanhamento dos níveis de competitividade (MENEGHEL e LAMAR, 2002, p.150).

Esta metodologia de avaliação de programas teve início nos Estados Unidos, na década de 1960, e objetivava a obtenção de indicadores de desenvolvimento econômico. Para tanto, criaram-se equipes multidisciplinares com o propósito de elaborar diagnósticos sociais, mediante diversas metodologias que usavam informações qualitativas, com o propósito de encontrar as causas que produziam os problemas e promover soluções e medidas de intervenção.

Na década de 1980 este enfoque foi mudado, durante o governo de Reagan e introduziram-se cortes orçamentários nos programas sociais. As equipes multidisciplinares de avaliação foram substituídas por agências governamentais burocráticas, assumindo uma gestão centralizada em relação às decisões administrativas e uma execução descentralizada das políticas públicas. Além de aplicar instrumentos padronizados de avaliação, com o objetivo de comparar resultados, obrigando as instituições a prestar contas de suas ações.

Portanto, se abandona o debate iniciado nos anos 1980, em relação ao papel social da universidade, e se institui a cultura da avaliação em todos os países. Aparece assim, nos fóruns nacionais e internacionais a preocupação com a avaliação no sentido tecnicista da prestação de contas. No Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso implanta uma política fundada nos princípios técnicos e rompeu com o processo de construção histórico de auto-avaliação nas universidades.

Na área educacional a avaliação foi aplicada para “disciplinar” o sistema e já não com o objetivo de elaborar diagnósticos. Desta forma, a avaliação “objetiva” ganhou espaço por meio da elaboração de indicadores que padronizaram os resultados, com o intuito de gerar maior eficiência na utilização de recursos e verificação da produtividade.

Sendo assim, a avaliação foi ocupando um papel central na reforma educacional internacional e no ensino superior acabou sendo o foco do debate, mudando o perfil e a identidade institucional da educação superior. Nesse sentido, o Estado utilizou a avaliação para exercer o controle sobre as instituições, implantando parâmetros de fiscalização e supervisão próprios do mercado, forçando a reestruturação deste nível de ensino.

No Brasil, como no resto dos países latino-americanos, as políticas educacionais, procuraram atender as exigências do mercado e na década de 1980 se instala o debate sobre a necessidade de avaliar o ensino superior. Como consequência do vertiginoso crescimento da matrícula e das

instituições universitárias e não universitárias nos anos 1960 e 1970, surgiu a preocupação de revisar a qualidade dos cursos de graduação e revalorização dos títulos outorgados (MENEGHEL e LAMAR, 2002, p.151).

Surgem temas como democratização, modernização, racionalização, otimização, excelência, entre outros, colocando a avaliação no centro da política educacional. Consolida-se o consenso da necessidade de organizar o sistema nacional de avaliação que permitisse estabelecer critérios para a distribuição de recursos.

Foi durante a década de 1990 que a avaliação do ensino superior, ganhou centralidade. O governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou uma série de mecanismos que procuram verificar o desenvolvimento do sistema. Paulatinamente a avaliação foi tomando conta das instituições e incorporando-se ao cotidiano das universidades, mediante um conjunto de procedimentos variados: Avaliação dos Programas de Pós-Graduação, Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) (1993), Exame Nacional de Cursos (1995), Avaliações das Condições de Oferta de Cursos de Graduação (1997), reconhecimento de cursos de graduação e credenciamento de IES<sup>1</sup> e, mais recentemente o sistema de avaliação gerencial das IES.

Além destes programas o governo realizou censos anuais, com indicadores quantitativos globais, que informam sobre a evolução do sistema através de dados estatísticos. No que diz respeito as IES federais, as autoridades dispõem de informação de acompanhamento do sistema e controle de pessoal e de aplicação dos recursos orçamentários, e conta também com informação através da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), programa criado em 1998.

Deste modo, o sistema de avaliação instituído durante o governo de FHC, tem suscitado muitas controvérsias e posições encontradas, afetando tanto a gestão acadêmica quanto a administrativa das IES, verificando-se:

Duas tendências opostas balizam o debate na área: uma, que tem por finalidade básica a regulação e o controle centrado em instrumentos standardizados e, outra, voltada para a emancipação por meio de mecanismos e processos avaliativos que promovam a compreensão e o desenvolvimento institucional. A primeira abordagem assume várias tipologias, sendo conhecida, dentre outras, como avaliação centralizadora, funcional, contábil, operacional, de resultados. A segunda, por sua vez, recebe fundamentalmente as designações de avaliação formativa, participativa, efetividade social e científica (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2002, p.100).

---

<sup>1</sup> IES - Instituição de Ensino Superior, nomenclatura utilizada como denominação para qualquer tipo de instituição de ensino superior, seja universidade pública, privada ou faculdade etc.

Com efeito, o governo introduziu mecanismos de controle que pretenderam monitorar o sistema de educação superior, especialmente o Exame Nacional de Cursos<sup>2</sup> e, posteriormente, o Programa de Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação foram instrumentos que marcaram as instituições, obrigadas a transformar suas organizações internas acadêmicas e administrativas, instalando-se na educação brasileira a cultura da avaliação.

Neste contexto, a avaliação institucional passa a ser um mero processo administrativo de preenchimento de formulários, que visa a prestar contas ao governo, desestimulando-se as avaliações internas que implicam em auto-avaliação. No entanto, várias instituições continuaram com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB<sup>3</sup>, especialmente as universidades federais e algumas particulares que implantaram este sistema (universidades públicas de São Paulo, do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais entre outras). Desse modo, manteve-se uma preocupação com a avaliação formativa e democrática, construída a partir da auto-regulação, que segundo Kells apud Contera (2002), articula de modo sistemático a avaliação, a certificação da qualidade e o controle por parte das mesmas instituições.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, o sistema de avaliação foi complementado e instituído de maneira coordenada e sistemática. Mas esta Lei limitou-se a estabelecer que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação (art.46)” (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2002, p.105). Também fica previsto que haverá reavaliação, após prazo de saneamento das

---

<sup>2</sup> Foram implementados, a partir de 1995, diversos instrumentos de avaliação da graduação bem como, modificados aqueles da pós-graduação. Podemos citar no âmbito da graduação, o Exame Nacional de Cursos, a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, as avaliações conduzidas pelas Comissões de Especialistas de Ensino da SESU, nas autorizações e reconhecimento de cursos e no credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior. Por outro lado, a avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES e o Sistema Integrado de Informações Educacionais do INEP fazem parte dos diversos procedimentos implementados pelo governo para “avaliar a educação”.

<sup>3</sup> O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, criado em 1993 ganhou novas características a partir dos Decretos n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996 e n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997, e da Portaria MEC n.º 302, de 07 de abril de 1998. Com esta nova organização foi também estruturado um sistema de avaliação do ensino superior. O PAIUB nesta nova organização normativa deverá integrar os resultados desses processos de avaliação implementados pelo MEC, com o objetivo de articular informações e assegurar uma visão de conjunto da qualidade das IES, assim como fornecer informações para todos esses processos. A avaliação institucional no âmbito do PAIUB é um processo que engloba os diferentes aspectos de ensino, pesquisa, extensão e gestão da IES (critério da globalidade), portanto não se confunde com outros procedimentos de avaliação ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)).

deficiências, o que pode resultar “em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento”.

Cunha (2003, p. 49) afirma que:

Contrariando a proposta de governo do candidato Fernando Henrique Cardoso, o foco da avaliação do ensino superior deslocou-se da dimensão institucional para dimensão individual. Ao passo que o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) era sensivelmente desacelerado, e a Lei nº 9.131/95 dizia que o MEC procederá “avaliações periódicas das instituições e dos cursos de ensino superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes, dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão”, o que se instituiu mesmo foram os Exames Nacionais de Cursos, os quais seriam obrigatórios para todos os estudantes do último ano dos cursos superiores de graduação do país. Os resultados relativos a cada instituição de ensino deveriam ser empregados, não exclusivamente, na avaliação de cada curso e de cada instituição de ensino superior.

Assim, o Exame Nacional de Cursos (ENC), foi regulamentado pela Portaria Ministerial 249/96 e as primeiras provas foram aplicadas nesse mesmo ano. Embora os exames fossem inicialmente facultativos para os alunos, lentamente se transformaram numa condição para obtenção do diploma. A cada ano deviam ser incorporados quatro cursos novos, existindo a expectativa que, seriam avaliados todos os cursos universitários do Brasil.

Este tipo de avaliação foi amplamente criticado pelos acadêmicos e por muitas entidades educacionais, mas o governo continuou ampliando o número de cursos avaliados.

O governo foi questionado por ter centrado a avaliação da educação superior nos Exames Nacionais de Cursos, e privilegiar o aspecto individual, desestimulando a avaliação das instituições. Por tal motivo foi promulgado o Decreto nº 2.026, de outubro de 1996, que supostamente previa procedimentos para o processo de avaliações dos cursos e das instituições de ensino superior. Esta avaliação abordaria entre outros aspectos:

(I) análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidades da Federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou natureza das instituições de ensino; (II) avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão; (III) avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos; e (IV) avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento (CUNHA, 2003, p. 50).

O decreto estabeleceu que além da auto-avaliação das IES e do Exame Nacional de Cursos, fossem avaliadas também, as condições de oferta dos cursos de graduação, observando entre outros aspectos: a organização didático-pedagógica, a adequação das instalações físicas em geral, a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo, a qualificação do corpo docente e as bibliotecas.

Desse modo, o governo foi organizando e sistematizando a política de avaliação do ensino superior, mediante diversas ações, objetivando um maior controle, justificando-a como instrumento de garantia de padrões mínimos de funcionamento, perante o crescimento heterogêneo das instituições.

Em julho de 2001 o governo federal revogou o Decreto no. 2.026/96, por meio do Decreto no. 3.860/2001, aperfeiçoando ainda mais a sistemática de avaliação dos cursos e das IES e ampliando as competências do INEP<sup>4</sup> e do MEC, reduzindo as atribuições do Conselho Nacional de Educação (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2002). A avaliação de cursos e instituições de ensino superior passa a ser responsabilidade do INEP segundo o Decreto no. 3.860/2001 deve:

I – avaliação dos indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II – avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior (...);

III – avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores (...); §2º – as avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de recredenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento de renovação de reconhecimento dos cursos superiores.

Percebe-se uma intenção de estabelecer um sistema mais organizado e coordenado que implica numa maior integração dos diferentes mecanismos de avaliação:

Para entender essa recomendação quanto a tais procedimentos indicados, é preciso compreender que: a) os indicadores de desempenho global, que dão origem os censos do ensino superior do MEC, são anteriores ao governo Fernando Henrique Cardoso, e, portanto, foram ampliados dentro dessa concepção de avaliação do governo; b) a avaliação do desempenho individual das IES se daria, principalmente, por meio de Provão; c) a avaliação do ensino de graduação, em cada curso, se efetivaria mediante análise das condições de oferta desses cursos nas diferentes instituições, mas, especialmente, pelos resultados obtidos no Provão; d) o atual processo de avaliação dos programas de mestrado e doutorado, construído ao longo do processo de implementação e consolidação da pós-graduação no país, vem sendo considerado eficaz pelas políticas governamentais, o que levou o governo a manter,

---

<sup>4</sup> INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



em grande parte, a sistemática de avaliação existente (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2002, p.104).

Entretanto, a avaliação das Instituições de Educação Superior está a cargo de uma comissão externa à instituição, designada pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério de Educação. Esta comissão analisa entre outros aspectos:

- Eficiência das atividades - meio em relação aos objetivos da instituição;
- Adequação dos currículos dos cursos de graduação;
- Inserção da instituição na comunidade local e regional;
- Produção científica, cultural e tecnológica.
- Auto-avaliação da instituição, avaliação dos cursos desenvolvida pelas comissões de especialistas e os resultados dos exames nacionais dos cursos de graduação.

Portanto, a política de avaliação implantada obedecia a interesses economicistas que contradizem “um processo avaliativo emancipatório, indutor de desenvolvimento institucional, as políticas de avaliação da educação superior no Brasil buscam a padronização e a mensuração da produção acadêmica voltada, prioritariamente, para as atividades de ensino” (DOURADO, 2002, p. 244).

Mas o governo defendia este modelo de avaliação porque era uma prática que supostamente velava pela qualidade dos cursos e das instituições, e que permitiria um aprimoramento do sistema. Porém, a centralidade que a avaliação teve nas políticas de educação superior conduziu e envolveu as instituições num “marasmo” acadêmico sem precedentes, porque em geral, especialmente as universidades particulares correram a preencher os quesitos que o governo privilegiava e orientaram sua gestão acadêmica para dar conta das “novas exigências de qualidade”.

Nesse sentido, Dourado (2002, p. 243) cita o estudo sobre a avaliação da educação superior do Brasil realizado por Catani, Dourado e Oliveira (2002), que destaca aspectos da avaliação:

... 1) o sistema de avaliação constituído vem implementando, pouco a pouco, um processo de economização da educação que altera os objetivos, valores e processos educativos no campo da educação; 2) o sistema de avaliação instituído amplia o poder de controle do Estado e altera significativamente a lógica de constituição do campo e o relacionamento entre as instituições de ensino superior; 3) as políticas de avaliação estão promovendo mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional.

Em conseqüência, a avaliação que poderia ser um instrumento de ajuda às IES para detectar suas falências e dificuldades e assim estabelecer estratégias e mecanismos

para melhorar os processos pedagógicos e administrativos, só tem servido para acentuar a competitividade entre as instituições educacionais e incentivar ainda mais o mercado educacional. Segundo Dias Sobrinho (2002) estas avaliações promovidas externamente pelo governo procuram regular e controlar o sistema, por meio de agências criadas para esse fim e utilizam instrumentos técnicos para a coleta das informações, com a finalidade de comunicar aos “consumidores ou clientes” o “estado” dos serviços educacionais. Deste modo os resultados são publicados nos meios gráficos e televisivos, seguindo supostos critérios de objetividade, simplicidade e comparabilidade.

As avaliações externas de grande alcance promovidas pelos governos costumam contar com uma pronta e não tanto crítica colaboração dos meios de comunicação de massa. A divulgação pública dos resultados em moldes escalonados e comparativos é fundamental para incrementar os efeitos sociais da avaliação. De modo particular, a informação aberta ao público e devidamente trabalhada pela mídia permitiria o exercício esclarecido da escolha, tão importante para o mercado (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 56).

Os resultados são apresentados seguindo “critérios de objetividade”, ou seja, não devem deixar lugar a dúvidas ou questionamentos. O público/cliente deve ter informação adequada do produto que irá consumir. Por tal motivo

Os resultados da avaliação devem ser apresentados de forma muito simples e comparados, para que ampla e facilmente sejam compreendidos por todos os clientes ou candidatos consumidores. Para maior credibilidade e segurança de escolha, os clientes precisam ver os produtos classificados em ordem de qualidade ou importância, seguindo uma norma previamente formulada (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 357).

Nesse sentido, os *rankings*, são ideais para cumprir este papel de fidelidade, porque orientam o mercado, mas não tem nenhum valor educativo.

São elaborados para informação dos consumidores reais ou potenciais, e não para produzirem efeitos de transformação de caráter educativo. Organizam as imagens sociais e disso decorrem muitos efeitos, ligados às regras do mercado, ou do quase-mercado, e não aos princípios e valores da educação pública (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 57).

Do ponto de vista pragmático, as IES exercem um papel de agências prestadoras de serviço e de preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, portanto, esta função deve ser realizada com eficiência e eficácia; nesse contexto se explica um modelo de avaliação que cobre e regule este serviço procurando padronizar e mensurar a produção acadêmica, reproduzindo o modelo de controle de qualidade das empresas. A avaliação, então estandardizada e padronizada privilegia os resultados, na perspectiva do Estado avaliador e controlador. Ou seja, o que interessa é a prestação de

contas, e a divulgação destas informações ao público ou o “cliente” que compra o serviço.

O modelo de avaliação implantada se justifica por:

(I) seu caráter técnico, científico ou ‘neutro’; (II) utilização de indicadores quantitativos, que permitem uma visão objetiva e global do quadro existente; e (III) sua elaboração por ‘especialistas’ da área, responsáveis pela definição dos itens a serem avaliados (‘o quê?’) e dos critérios (‘como?’) utilizados para tanto (MENEGHEL e LAMAR, 2002, p.153).

A função social que a educação exerce depende da sociedade, ou seja, ela está inserida numa sociedade que tem uma dinâmica social constituída por práticas sociais antagônicas. Portanto, a educação superior é o resultado dessas lutas, no sistema capitalista “... a avaliação cumpre, hegemonicamente, papel estratégico na disseminação de valores e finalidades de mercado que consubstanciam processos de gestão de natureza contábil e/ou de ‘economização’ da educação” (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2002, p.100).

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores, ganha as eleições para a Presidência da República e o debate a respeito do papel social e político da educação superior se intensifica. Durante o primeiro ano de governo, o então Ministro de Educação Cristóvam Buarque, preocupa-se com a questão da avaliação da educação superior, iniciando um processo de discussão em torno do tema. O MEC criou uma comissão de especialistas, que elaborou o documento conhecido como Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação Institucional da Educação Superior)<sup>5</sup> com o intuito de tornar mais rigoroso a autorização de novos cursos e instituições, transparente e participativo o processo de avaliação institucional, combinando a auto-avaliação, a avaliação externa e o Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional na Área - PAIDEIA<sup>6</sup>.

No mês de setembro a Comissão de especialistas, apresentou seu relatório final, sugerindo mudanças significativas, entre outras: a) Nenhum conceito ou nota do resultado da avaliação de cada curso superior será mais divulgado. Na prática a proposta apresentada supõe o fim do provão. b) A análise das condições de oferta, não terá mais o resultado em conceitos; sem eles, os efeitos automáticos (como renovação ou suspensão do curso) não existirão mais e os processos de autorização,

---

<sup>5</sup> A comissão propõe um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que terá prova, auto-avaliação das instituições, avaliação externa do MEC e os resultados do Censo do Ensino Superior.

<sup>6</sup> O provão passava a se chamar Paidéia, e seria aplicado por amostragem. A nota da Paidéia não seria divulgada mais por curso, e os resultados seriam por por área. Com isso se tornaria impossível saber a média de um curso, mas seria possível analisar a qualidade do ensino de Ciências Humanas em todo o país.

recredenciamento e reconhecimento serão pautados por compromissos institucionais. c) Apesar de abolir qualquer tipo de conceito ou nota por curso ou instituição, os resultados da avaliação continuarão a ser públicos.

O Ministro da Educação se comprometeu, posteriormente, a encaminhar com modificações, à Câmara do Senado estas propostas em forma de lei. Porém, em 15 de dezembro, ainda foi aplicado, mais um provão, sendo reprovados 70% dos cursos em 2003; os alunos que concluíram o ensino superior obtiveram notas abaixo de 40, numa escala de 0 a 100. Por tal motivo, logo que tomou conhecimento destes resultados o Ministro extinguiu o Provão por meio de uma Medida Provisória, no dia 16 de dezembro de 2003, e instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior- SINAES. Esta proposta diferia um pouco da apresentada pela Comissão de Especialistas, como por exemplo: os avaliados receberão o conceito “satisfatório”, “regular” ou “insatisfatório”, os quais fariam as instituições assinarem com o governo o pacto de “ajustamento de conduta”.

No Congresso Nacional essa Medida Provisória foi recebida com surpresa porque se esperava que o Ministro encaminharia um projeto de lei que seria discutido no âmbito parlamentar. Cabe destacar que o projeto de lei elaborado anteriormente, pelo Ministério, havia sido discutido no final de novembro com entidades que representavam as instituições públicas e privadas – Andifes, Anafi, Anup, Abruem-, e com os estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Mas recebeu críticas do próprio presidente da comissão que enviou o projeto inicial da nova avaliação, José Dias Sobrinho, dado que mudava os procedimentos sugeridos e mantinha aspectos criticados do sistema anterior.

No início do ano de 2004 o governo encaminhou ao senado o projeto de lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que substitui o antigo Exame Nacional de Cursos, criado no governo passado, sendo assim, no dia 14 de abril de 2004, foi publicado no diário oficial a aprovação por parte do Poder Executivo da Lei no.10.861 que institui o SINAES.

Porém na proposta original do documento elaborado pela Comissão de Especialistas estava presente uma concepção emancipatório da avaliação, embora a proposta do governo de Luiz Ignácio Lula da Silva tenha incorporado grande parte das sugestões do mencionado documento, ainda conserva no sistema de avaliação elementos do modelo do período anterior. Também devemos salientar que significou um avanço

se o comparamos com os procedimentos avaliativos implantados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com efeito,

... numa perspectiva emancipatória, a avaliação não cumpre apenas o papel de controle e mensuração da eficiência institucional, mas apresenta-se como lógica indutora do desenvolvimento institucional, que se quer autônomo, e da promoção dos atores envolvidos no processo de produção acadêmica. Nesse sentido, a avaliação assume uma perspectiva formativa, buscando a melhoria da instituição e dos processos de gestão no seu interior por meio da humanização do trabalho acadêmico. Desse modo, compete às IES e, particularmente, às universidades, o desenvolvimento das funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2002, p.101).

Nessa perspectiva a avaliação institucional tem por finalidade exercer uma ação diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos diversos segmentos das IES e desta forma oferecer tanto à comunidade acadêmica como à sociedade em geral informações desses vários setores. A partir desses dados compete à comunidade acadêmica a tomada de decisão, possibilitando o aprimoramento, mudança ou manutenção das ações executadas ou a serem executadas na instituição. Como analisa Araújo (et al, 2003, p. 24) a avaliação institucional é um eixo condutor do planejamento institucional, permitindo o acompanhamento das ações desenvolvidas e os ajustes necessários.

Ressalta-se que não é compreendida a avaliação institucional em caráter punitivo, mas sim de aprimoramento contínuo tanto do próprio trabalho como do trabalhador.

Observa-se que este tipo de avaliação define de forma abrangente e coletiva os rumos que as IES desejam em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão, perante a sociedade. De acordo com Araújo (et al, 2003, p. 23) “ a avaliação requer parâmetros e decisões claros, por parte da comunidade acadêmica e dos gestores das IES”. E como esclarece Dias Sobrinho (2000, apud ARAÚJO et al, 2003, p. 23) tais definições extrapolam o campo técnico e avançam para as questões políticas e filosóficas. Como retrata o autor:

A avaliação institucional tem uma grande força instrumental e uma considerável densidade política. Ainda que também seja uma questão técnica, muito mais importantes são a sua ação e seu significado político. As discussões técnicas que lhe dizem respeito roçam apenas o seu conteúdo visível e superficial, mas não atingem as questões de fundo, as quais têm a ver com os destinos da universidade e com o desenvolvimento da sociedade humana. [...] Em outras palavras, a avaliação institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare, a força da avaliação institucional como ação de grande impacto da universidade. [...]

O modelo democrático se fundamenta na defesa da autonomia e a capacidade de auto-governo das instituições de educação superior, sustentada pela auto-reflexão, que envolve professores, alunos, funcionários e autoridades. Auto-avaliação é um processo ancorado

na responsabilidade social das instituições do Estado de 'prestar contas' à sociedade, com o objetivo de analisar a eficiência social, a pertinência, a equidade e a qualidade dos serviços que oferecem. [São identificados neste processo] (...) Valores tais como liberdade acadêmica, respeito pelas idéias dos outros, probidade moral e ética são as pontas de lança da ética dominante de uma academia orientada pela lógica da busca do conhecimento (CONTERA, 2002, p. 135).

Não se trata de um mero relatório de resultados ou produtividade, esta avaliação pretende identificar e analisar os elementos constitutivos da matriz institucional, na procura de encontrar os entraves e problemas da gestão técnico-administrativa, da organização curricular, da formação docente, entre outros. É um trabalho conjunto e, nesse processo de conhecimento da realidade institucional, deve estar presente a construção de uma cultura colaborativa entre professores, funcionários e alunos, resultando numa prática em que todos os segmentos da comunidade acadêmica se envolvam no debate e discutam o perfil institucional, assim como os objetivos, metas e o acompanhamento da execução do projeto político pedagógico. Mas, esse tipo de avaliação não se constrói rapidamente, deve ser amadurecido na vida acadêmica e se tornar parte do cotidiano das instituições; a avaliação deve ser vista como um procedimento que promove a melhoria das ações e não como instrumento punitivo ou fiscalizador. Para tanto, os sujeitos envolvidos devem participar de todo o processo, desde a elaboração dos instrumentos da coleta de informação, até a análise e definição das futuras metas institucionais. O controle do processo por parte dos atores assegura o sucesso da avaliação; porém, este modelo implica em debates, crises, conflitos. Portanto, a comunidade acadêmica deve participar de modo consciente e voluntariamente, deve-se criar na instituição, um ambiente de empatia com a avaliação para que lentamente se incorporem todos os segmentos da instituição educacional.

Assim, auto-avaliação, ou avaliação interna, promovida pela comunidade acadêmica, seguindo os seus conceitos, seu ritmo, suas finalidades e suas regras, oferece maiores condições para que se viva na instituição um processo participativo, que responda aos interesses sociais, pois a avaliação estará destinada aos próprios sujeitos, objetivando a melhoria institucional, individual e coletiva; mesmo que esta avaliação interna seja construída pela própria comunidade pode estar presente uma dose de controle e regulação.

Não podemos cometer o erro de pensar que as avaliações internas são sempre educativas e as externas, controladoras.

As auto-avaliações podem conter exagerado teor de controle e às vezes poucos recursos formativos, quando, por exemplo, se realizam de modo burocrático e pouco participativo. Ou quando não enfrentam os verdadeiros problemas. Por outro lado, nem sempre as avaliações externas são apenas coercitivas, elas também podem produzir algumas informações úteis para o desenvolvimento qualitativo das atividades educacionais (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 58).

Nesta perspectiva é provável que com a aprovação da Lei Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que objetiva superar o modelo quantificador do período anterior, recuperando de certa forma a história da avaliação da educação superior brasileira no sentido da democratização das relações institucionais, poderá se instalar nas instituições mecanismos de avaliação institucional que intensifiquem o processo de auto-conhecimento, permitindo talvez, afugentar e erradicar a cultura de avaliação tecnicista da década de 1990. É evidente que esta mudança dependerá do amadurecimento das instituições e da própria comunidade educativa a emancipação e a democratização da avaliação, caso contrário será mais uma vez simplesmente uma ação burocrática e formal para atender as exigências legais do MEC.

A preocupação com as políticas de avaliação nos conduz a questionar os mecanismos de controle implantados pelo MEC nos últimos anos, além de analisar os seus efeitos no interior das instituições.

## **2. O Estado de Mato Grosso do Sul e as Universidades: UCDB e UFMS**

O Estado de Mato Grosso do Sul<sup>7</sup> nasce naturalmente da dualidade geográfica, histórica, administrativa e cultural existente nos primórdios do Estado de Mato Grosso, em que o norte e o sul, encontram seus próprios caminhos.

Sua criação se deu em 11 de outubro de 1977, através da Lei Complementar n° 31, pelo então Presidente Ernesto Geisel. A instalação do governo teve início em 01 de janeiro de 1979.

Mato Grosso do Sul é um dos Estados que compõem a região Centro-Oeste, fazendo divisa ao norte com Mato Grosso e Goiás; ao Sul com o Paraguai e o Estado do Paraná; no leste com os Estados de São Paulo e Minas Gerais; e no Centro-Oeste com Paraguai e Bolívia.

---

<sup>7</sup> Essa primeira parte refere-se ao Estado foi retirada do documento: Indicadores Básicos de Mato Grosso do Sul, 2002.

Sua localização é considerada privilegiada tendo em vista que integra os corredores de exportação de São Paulo e do Paraná. Apresenta suas potencialidades no setor agropecuário, devido principalmente as boas condições edafoclimáticas e ao bom manancial hídrico, garantindo assim condições para o desenvolvimento a curto e médio prazos.

O Estado ocupa posição de destaque em extensão territorial, perdendo para os seguintes Estados: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia. Possui uma área de 357.139,9 km<sup>2</sup>, representando 22,3% em relação ao Centro-Oeste e 4,19% em relação ao Brasil.

Mato Grosso do Sul é composto de 78 municípios, desses 24 possuem instituições de ensino superior, o que representa 30,76% de atendimento desse nível educacional. O estado atualmente conta com quarenta e uma instituições de educação superior sendo quatro Universidades: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - **UFMS**; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – **UEMS**<sup>8</sup>, Universidade Católica Dom Bosco – **UCDB** (privada comunitária); Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – **UNIDERP**<sup>9</sup> (privada empresarial). Também conta com um Centro Universitário, privado empresarial, em Dourados, denominado Centro Universitário da Grande Dourados – **UNIGRAN**, oito Faculdades Integradas, vinte e um Faculdades, e sete Institutos Superiores ou Escolas Superiores (RODRÍGUEZ e MARTINS, 2004<sup>10</sup>).

A Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, uma das IES analisadas nesta pesquisa, nasceu das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, mantidas pela Missão Salesiana de Mato Grosso. Em 1961, os padres salesianos instituíram o primeiro Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a chamada “Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras” – FADAFI com os cursos de Pedagogia e Letras. De forma progressiva, conforme aponta Fernandes (2003), e atendendo as necessidades locais a missão salesiana amplia a oferta de cursos como: Direito (1965), Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração (1970) e Serviço Social em 1972. Os cursos de História, Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, Filosofia,

---

<sup>8</sup> A **UEMS** foi criada pela Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul de 1979, ratificada pela Constituição Estadual de 1989 e instituída pela Lei nº 1461 de 20/12/1993, com sede em Dourados. (FERNANDES, 2003)

<sup>9</sup> A **UNIDERP**, tem sua origem histórica no Centro de Ensino Superior Prof. Plínio Mendes dos Santos – CESUP, com objetivo de promover cursos voltados para a área das Ciências Exatas e Tecnológicas. Em dezembro de 1996 o CESUP é autorizado, pelo MEC, a transformar-se em Universidade (FERNANDES, 2003).

<sup>10</sup> Dados coletados em outubro de 2003, pode ter sofrido alterações após esta data.



Psicologia e Graduação de Professores foram sendo integrados a FADAFI nos anos seguintes (FERNANDES, 2003, p.99).

Em dezembro de 1989 a Missão Salesiana solicitou autorização para transformar as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, em Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, que em fevereiro de 1991 recebe a aprovação, como universidade comunitária (FERNANDES, 2003, p.99). Hoje oferece cerca de 34 cursos de graduação entre eles cursos tecnológicos, programa de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nas áreas de educação, psicologia e desenvolvimento local.

O processo de avaliação institucional teve início na UCDB ainda no final da década de 1980, com efeito, a Universidade Católica Dom Bosco faz parte do Sistema Universitário Brasileiro e têm acompanhado as mudanças impostas pelas políticas educacionais no país, especificamente as alterações sofridas nos mecanismos de avaliação interna e externa das instituições. Para analisar o desenvolvimento deste processo tem-se focado na pesquisa e a avaliação institucional expressa nas diversas manifestações, tais como normas institucionais, estatísticas, relatórios, e outros documentos. Na coleta e análise das fontes documentais da UCDB foram identificadas várias informações que permitiu caracterizar a história e a maneira como foi sendo construída a avaliação. Por outro lado, verifica-se que ainda existem algumas falhas nesse processo, pois os documentos disponíveis não expressam os mecanismos em que foram comunicados os resultados, tanto para os professores quanto para alunos e funcionários. Porém, estes documentos fornecem informações relevantes e percebe-se que a Avaliação esteve sempre presente nas ações da Instituição, seja com o objetivo de atender às prerrogativas históricas da legislação, ou seja, para melhorar as condições de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

Apesar das mudanças que aconteceram no cenário da educação nacional, como já foi explicitado, a preocupação com a avaliação sempre foi um aspecto que a instituição teve como prioridade, especialmente a partir do momento em que se viu envolvida no processo de transição, transformando a antiga FUCMT- Faculdades Unidas Católicas de Mato-Grosso em Universidade, Universidade Católica Dom Bosco -UCDB.

Historicamente este processo de avaliação institucional iniciou-se quando no ano de 1986, o diretor das Faculdades Unidas Católicas de Mato-Grosso assinou a portaria de nº 03, de junho de 1986, criando um órgão denominado Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento, com a finalidade, de introduzir a Avaliação Institucional. Na época

optou-se, por uma pesquisa de opinião. No final da pesquisa foram observadas algumas mudanças tanto entre os agentes realizadores da pesquisa, quanto dos próprios sujeitos envolvidos na avaliação, sendo talvez a mais importante, a instalação da consciência de que a avaliação tem um caráter democrático e crítico.

Posteriormente, foi elaborado um documento denominado “Avaliação Institucional”, apresentado no ano de 1994 e 1995 para o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Esse texto continha os resultados da análise dos anos de 1989 a 1993.

No ano de 1996 foi criado o PAI-UCDB, Programa de Avaliação Institucional da UCDB, momento em que a instituição iniciava sua participação no “Projeto de Avaliação Institucional” ao PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (criado em 1993), respondendo ao chamado do Ministério da educação, num contexto em que no país eram elaboradas novas Políticas para a Avaliação das Universidades.

Com a criação do PAI-UCDB, foi implantada uma comissão de Avaliação Institucional da UCDB, sendo o órgão responsável para desenvolver as estratégias de avaliação institucional. Num primeiro momento, as medidas tomadas para a concretização do processo de Avaliação na UCDB foram:

- a) Uma sensibilização dos docentes e do corpo técnico da UCDB, explicando-se os objetivos da avaliação.
- b) Palestras com membros de outras instituições, especializados no assunto.
- c) Com os alunos, foi feito um trabalho junto aos representantes de sala para explicar a importância do novo sistema de avaliação (Universidade Católica Dom Bosco: Auto-estudo das dimensões institucionais da Universidade Católica Dom Bosco para a avaliação da CCAV-CRUB, 2002).

Logo depois, a UCDB aderiu ao programa de avaliação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB buscando instituir a avaliação como uma prática permanente, objetivando contribuir para que a comunidade acadêmica tomasse consciência de que a avaliação tem estritamente um caráter democrático e que deve ser integral e permanente.

Desde então a UCDB vem realizando avaliação sistematizada, acompanhando as exigências do MEC. Contudo, a instituição acabou respondendo às demandas das políticas do governo em exercício e foi abandonando as práticas iniciais de auto-avaliação. Assim, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram

criadas várias formas de avaliação das Instituições de Ensino Superior que, de certa maneira, obrigaram a UCDB a focar sua avaliação para contemplar estas imposições afastando-a de sua experiência anterior e incorporando-se ao novo modelo a partir de 1995:

- Exame Nacional do Ensino Cursos (1995)
- Avaliação das Condições de Ofertas de Cursos de Graduação (1997)
- Reconhecimento de Cursos de Graduação e Credenciamento de IES
- O sistema de Avaliação Gerencial das IES.

Apesar deste afastamento do modelo original, em 2002 a UCDB realizou uma avaliação externa, do setor administrativo, através de uma consultoria contratada especializada em matéria de avaliação. Porém, ficou evidente que esta forma de aplicar e desenvolver a avaliação mediante agentes externos à instituição não era coerente com o modelo originário implantado pela universidade na década anterior. Durante os anos de 2003 e 2004 a UCDB continuou realizando a avaliação do corpo docente, discente e do corpo técnico, aplicando diversos instrumentos de coleta de dados (questionários, entrevistas, entre outros), mas estes mecanismos nem sempre contaram com a devida divulgação dos resultados à comunidade acadêmica envolvida no processo avaliativo, segundo entrevista com representante da CPA..

Em abril de 2004 com a aprovação da Lei nº 10.861, que implantou o SINAES – houve mudanças no modelo de avaliação, criando-se novas formas de coleta de dados:

- a) Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES) – e o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais – a Auto-Avaliação, que é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de setembro de 2004; e a avaliação externa que é realizada por Comissão designada pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas.
- c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais.
- d) Censo da Educação Superior (PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, 2005,p.4).

Mais uma vez a UCDB, atendendo às exigências legais, deu continuidade ao seu processo de avaliação, incorporando-se ao Sistema Nacional de Avaliação e criou a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que elaborou um projeto de avaliação institucional que será implementado no decorrer dos próximos anos (2005 e 2006).

Como fase final dessa pesquisa realizamos entrevistas com acadêmicos para sabermos qual a sua opinião sobre o assunto, com o objetivo de traçar um perfil da prática do processo de avaliação institucional implantada na Universidade Católica Dom Bosco. Os cursos selecionados foram escolhidos, aleatoriamente, no entanto procuramos atingir cursos das três áreas Humanas, Biológicas e Exatas, buscamos obter respostas de todos os estudantes que cursavam os últimos semestres, dado que já tinham conhecimento da vida acadêmica e institucional, e que haviam participado das diversas etapas de avaliação implementada na universidade.

Inicialmente foram distribuídos 50 questionários para o curso de Serviço Social, porém apenas 12 dos questionários foram devolvidos com as respostas. Esta falta de participação pode obedecer a diversas razões, pode-se explicar, que seja pela ausência de interesse do acadêmico em relação à temática; indisposição para responder a um questionário ou carência de tempo. Embora tenha sido dado o prazo de um dia para devolver o questionário, deixando assim espaço para o acadêmico preencher o formulário, na hora que julgasse mais conveniente. A falta de participação dos acadêmicos deste curso, nos levou a questionar a forma de consulta e pensar uma estratégia diferente, para otimizar a pesquisa de opinião.

Sendo assim, optamos por outra abordagem, foram escolhidos em sala de aula estudantes que por vontade própria quisessem responder ao questionário naquele exato momento.

Assim, decidimos aplicar os questionários aos acadêmicos dos cursos selecionados, distribuídos da seguinte maneira:

<b>CURSO</b>	<b>SEMESTRE</b>	<b>Nº DE PARTICIPANTES</b>
História	5º e 3º	15
Pedagogia	5º	7
Serviço Social	7º	12
Educação Física	5º	8
Enfermagem	5º	9
Engenharia da Computação	4º	12
Matemática Aplicada e Computacional	6º	8
<b>TOTAL DE ACADÊMICOS.</b>		<b>71</b>

Durante a coleta de dados, contamos ainda com a participação voluntária de dois acadêmicos, de cursos que não faziam parte da amostra, e portanto não seriam pesquisados, que se interessaram pelo assunto e quiseram responder o questionário, um aluno do 7º sem. de Letras e outro do 7º sem. de Jornalismo. Um total de 73 acadêmicos das três áreas do conhecimento (humanas, biológicas e exatas) deu a sua opinião a respeito da avaliação institucional implantada na Universidade Católica Dom Bosco.

Os questionários foram distribuídos em sala e foi indicado aos estudantes que seriam coletados no dia posterior, também se apresentou os objetivos da pesquisa e o motivo da consulta.

O questionário foi elaborado com perguntas que visavam avaliar qual o grau de conhecimento do acadêmico sobre o processo de avaliação institucional implantado na universidade, e qual a sua importância para a melhoria da vida acadêmica da instituição.

Questionário aplicado aos discentes dos cursos de: História, Pedagogia, Serviço Social, Educação Física, Enfermagem, Engenharia da Computação, Matemática Aplicada e Computacional.

**1º O que você entende por avaliação institucional?**

**2º Você se sente obrigado a fazer a avaliação ou acha o processo importante?**

- a) acho importante e não me sinto obrigado
- b) acho importante, mas me sinto obrigado
- c) não acho importante e não me sinto obrigado
- d) não acho importante e me sinto obrigado

**3º As perguntas do questionário da avaliação institucional correspondem aos interesses dos acadêmicos?**

- a) corresponde completamente
- b) pouco corresponde
- c) não corresponde

**4º A divulgação do processo de avaliação institucional feita pela instituição através de exposições em data show, camisetas, no site da universidade, no SIIA e pelo coordenador do curso estimulou você a fazer a avaliação?**

- a) muito me estimulou
- b) pouco me estimulou
- c) nada me estimulou
- d) nem percebi a divulgação

**5º Os resultados da avaliação são bem divulgados para a comunidade acadêmica?**

- a) muito bem divulgados
- b) pouco divulgados

- c) nunca vi nenhuma divulgação  
d) não há divulgação

**6º Você já notou alguma melhoria na universidade proporcionada pelos resultados da avaliação institucional?**

- a) muitos  
b) poucos  
a) c) nenhum

Com base nessas perguntas foram coletados os seguintes dados :

<b>Dados gerais da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional</b>				
<b>Nº das questões</b>	<b>Alternativas</b>			
	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>
<b>2</b>	53	18	2	-
<b>3</b>	40	31	2	—
<b>4</b>	24	31	8	10
<b>5</b>	18	40	13	2
<b>6</b>	11	46	16	—
<b>1</b>	<b>Entendem 67</b>		<b>Em Branco 6</b>	

Nas questões 2 e 3 os acadêmicos são questionados se o processo é obrigatório e se ele se sente obrigado. Nota-se que 53 alunos acham o processo importante e não se sentem obrigados a participar. Do total de alunos, 40 entendem que, o questionário utilizado corresponde as suas necessidades, o que demonstra um entendimento por parte da comunidade acadêmica da necessidade da avaliação institucional. Por outro lado, um número bem menor, 18 estudantes não julgam o processo importante, e 31 alunos se sentem obrigados participar do processo.

Com respeito à questão nº. 4, 5 e 6, 31 sujeitos da pesquisa não se sentem estimulados pela divulgação a participar do processo, revelando falhas nos mecanismos implementados pela instituição para comunicar avaliação institucional. Fato este que se confirma quando apenas 24 alunos dizem se sentirem estimulados pela divulgação a participar do processo. Além do mais, 8 acadêmicos afirmam, que nunca viram na universidade algum tipo de divulgação. Por outro lado, 10 alunos responderam que não há divulgação. Dos participantes, 40 acham os resultados pouco divulgados, o que é mais agravante, pois apenas 18 acadêmicos acham que os resultados da avaliação são bem divulgados, sendo que 13 alunos responderam nunca ter visto divulgação dos resultados. Apenas 2 alunos dizem que não há divulgação dos resultados.

Em relação às melhorias percebidas após a implementação da avaliação institucional, 46 alunos dizem que são poucas as melhorias proporcionadas pela avaliação institucional, 16 alunos afirmam que não há nenhuma melhoria

proporcionada pela avaliação, apenas 11 estudantes dizem que a avaliação institucional já realizou muitas melhorias.

Com base nesses dados podemos verificar que o processo de avaliação institucional é bem entendido e compreendido pelos acadêmicos, mas, ainda existem falhas no processo de comunicação dos resultados e divulgação das providências agilizadas após os resultados analisados, pois a maioria dos alunos entrevistados não vê a divulgação dos resultados e nem as mudanças proporcionadas pelo processo.

A seguir analisaremos as respostas fornecidas pelos acadêmicos dos cursos selecionados na pesquisa:

<b>Dados da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional – Curso de Pedagogia</b>				
<b>Nº das questões</b>	<b>Alternativas</b>			
	<b>A</b>	<b>b</b>	<b>C</b>	<b>d</b>
<b>2</b>	5	2	2	-
<b>3</b>	7	2	-	—
<b>4</b>	3	4	-	2
<b>5</b>	2	4	1	2
<b>6</b>	1	7	1	—
<b>1</b>	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	9		-	

**Obs:** por serem alunos da área de humanas os dois acadêmicos de Letras e Jornalismo constam nesta tabela junto com os de Pedagogia.

Conforme as informações coletadas no curso de pedagogia podemos observar que: 5 alunos acham o processo importante e não se sentem obrigados a participar, sendo que 2 consideram o processo importante mais se sentem obrigados a participar. 7 acadêmicos dizem que os questionários correspondem as suas necessidades. Enquanto que 2 alunos afirmam que os questionários não correspondem as suas necessidades.

Observamos que 3 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo, já 4 acadêmicos responderam que não e 1 aluno afirma não ter percebido a divulgação. Observa-se também que 2 alunos afirmam que os resultados são bem divulgados, 4 alunos dizem que os resultados são pouco divulgados, 1 aluno diz não ter visto divulgação dos resultados e 2 alunos afirmam não haver divulgação. O que nos leva a concluir que a maioria entende o processo de avaliação como importante, porém manifestam em geral que há problemas com a divulgação, seja para fazer a pesquisa de avaliação institucional, seja nos resultados.

<b>Dados da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional – Curso de História</b>	
<b>Nº das</b>	<b>Alternativas</b>

questões	A	b	c	d
2	10	5	-	-
3	7	8	-	—
4	5	6	1	3
5	3	9	3	-
6	3	9	3	—
1	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	14		1	

Com as informações coletadas no curso de História podemos observar que 10 alunos acham o processo importante e não se sentem obrigados a participar, sendo que 5 consideram o processo importante mas se sentem obrigados a participar, 7 alunos dizem que os questionários correspondem as suas necessidades, entretanto, 8 afirmam que os questionários não correspondem as suas necessidades.

Dos participantes da pesquisa deste curso 5 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo, enquanto 6 estudantes afirmam que não se sentem estimulados pela divulgação, e 1 aluno diz não ter percebido a divulgação. Destaca-se ainda, que 3 alunos afirmam que os resultados são bem divulgados, entretanto, 9 acadêmicos dizem que os resultados são poucos divulgados e 3 alunos informam não ter visto a divulgação dos resultados. Além do mais, 3 alunos respondem que percebem muitas melhorias proporcionadas pela avaliação institucional, sendo que 9 alunos afirmam que são poucas as melhorias proporcionadas, e 3 alunos consideram não haver melhorias. O que nos leva a concluir que a comunicação da Avaliação Institucional na UCDB precisa ser revista, seja na divulgação dos resultados, seja na divulgação das melhorias proporcionadas após análise dos dados.

<b>Dados da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional – Curso de Serviço Social</b>				
Nº das questões	Alternativas			
	a	b	c	d
2	8	4	-	-
3	6	5	1	—
4	2	7	1	2
5	3	6	3	-
6	2	10	-	—
1	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	11		1	



No curso de Serviço Social podemos observar que 8 alunos acham o processo importante e não se sentem obrigados a participar e 4 acadêmicos consideram o processo importante, mas se sentem obrigados a participar.

Seis alunos responderam que os questionários correspondem as suas necessidades, enquanto 5 afirmam que os questionários pouco correspondem as suas necessidades, e 1 estudante considera que o questionário não corresponde as suas necessidades.

Também percebemos que 2 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo; entretanto 7 acadêmicos se sentem pouco estimulados pela divulgação, e 1 afirma não se sentir estimulado pela divulgação.

Observa-se também que 3 alunos afirmam que os resultados são muito bem divulgados, já 6 alunos dizem que os resultados são poucos divulgados e 3 alunos respondem não ter visto a divulgação dos resultados.

Em relação às melhorias que traz a avaliação institucional: 2 alunos dizem notar muitas melhorias proporcionadas pela avaliação institucional. Sendo que 10 alunos afirmam que são poucas as melhorias proporcionadas pelo processo avaliativo. O que nos leva a concluir que a maioria entende o que seja o processo de avaliação institucional e julga-o como parte importante porém suas necessidades não são amplamente atendidas seja pelo próprio tipo de questões e principalmente pela divulgação dos resultados e o plano de melhorias estabelecido pela instituição após obtenção dos resultados.

<b>Dados da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional – Curso de Educação Física</b>				
<b>Nº das questões</b>	<b>Alternativas</b>			
	<b>A</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>
<b>2</b>	6	2	-	-
<b>3</b>	3	5	-	—
<b>4</b>	5	1	1	1
<b>5</b>	4	4	-	-
<b>6</b>	1	5	2	—
<b>1</b>	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	8		-	

No curso de Educação Física observamos que 6 alunos acham o processo importante e não se sentem obrigados a participar; 2 estudantes afirmam que o processo é importante mas se sentem obrigados a participar, 3 acadêmicos consideram que os

questionários correspondem as suas necessidades e 5 respondem que os questionários pouco correspondem as suas necessidades.

Em relação à motivação para participar no processo de avaliação institucional, 5 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo enquanto; 1 sente-se pouco estimulado pela divulgação, 1 aluno afirma não se sentir estimulado pela divulgação e 1 diz não haver divulgação.

Com respeito à divulgação observa-se que 4 alunos afirmam que os resultados são muito bem divulgados, enquanto que 4 dizem que os resultados são poucos divulgados, 1 académico diz notar muitas melhorias proporcionadas pela avaliação institucional e 5 alunos afirmam que são poucas as melhorias proporcionadas pelo processo e 2 dizem não haver melhorias.

Novamente percebe-se que as principais falhas estão no processo de divulgação dos resultados, seguida de uma falta de interesse dos académicos, o que entendemos ser causada justamente pela problemática da divulgação, uma vez que este questionário foi aplicado aos académicos dos últimos ou penúltimos semestres, o que indica que já passaram pelo processo de avaliação institucional algumas vezes.

<b>Dados da pesquisa de opinião académica sobre Avaliação Institucional – Curso de Enfermagem</b>				
<b>Nº das questões</b>	<b>Alternativas</b>			
	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>
<b>2</b>	8	1	-	-
<b>3</b>	6	3	-	—
<b>4</b>	3	3	2	1
<b>5</b>	5	4	-	-
<b>6</b>	1	6	2	—
<b>1</b>	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	7		2	

No curso de Enfermagem observamos que 8 alunos acham o processo de avaliação institucional importante e não se sentem obrigados a participar; 1 aluno considera o processo importante mas se sente obrigado a participar; 6 alunos dizem que os questionários correspondem as suas necessidades enquanto que 3 afirmam que os questionários pouco correspondem as suas necessidades, e 2 alunos responderam que os questionários não correspondem as suas necessidades.

Percebe-se ainda que 3 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo, enquanto que 3 académicos se sentem pouco estimulados pela

divulgação e 2 estudantes afirmam não se sentir estimulados pela divulgação. Observa-se também que 5 alunos afirmam que os resultados são bem divulgados, 4 alunos dizem que os resultados são pouco divulgados, 1 considera notar muitas melhorias proporcionadas pela avaliação institucional, enquanto que 6 alunos afirmam que são poucas as melhorias proporcionadas pelo processo e 2 alunos dizem não haver melhorias. O que nos leva a concluir que os estudantes percebem a importância da avaliação e da divulgação dos seus resultados no entanto não percebem as melhorias proporcionadas pela mesma, o que acaba por prejudicar o processo, podendo vir a perder sua credibilidade

<b>Dados da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional – Curso de Engenharia da Computação</b>				
<b>Nº das questões</b>	<b>Alternativas</b>			
	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>
<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>—</b>
<b>4</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>5</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>—</b>
<b>1</b>	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	<b>10</b>		<b>2</b>	

No curso de engenharia da Computação observamos que 10 alunos acham o processo de avaliação institucional importante e não se sentem obrigados a participar; 2 alunos consideram o processo importante, mas se sentem obrigados a participar.

Com respeito ao conteúdo dos questionários, 10 alunos dizem que os questionários correspondem as suas necessidades. Enquanto que 1 aluno afirma que os questionários pouco correspondem as suas necessidades, e 1 acadêmico considera que os questionários não correspondem as suas necessidades.

Em relação à divulgação da avaliação institucional, 3 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo; 5 acadêmicos afirmam que se sentem pouco estimulados pela divulgação, 3 responderam não se sentir estimulados pela divulgação. Observa-se também que 8 alunos consideram que os resultados são bem divulgados, sendo que 4 dizem que os resultados são pouco divulgados; 1 estudante diz notar muitas melhorias proporcionadas pela avaliação institucional, já 7 alunos afirmam que são poucas as melhorias proporcionadas pelo processo e 4 alunos dizem não haver melhorias. Nota-se que o processo de avaliação institucional, é bem compreendido pelos acadêmicos no entanto muitos acusam haver falhas no processo de

divulgação dos resultados tanto do próprio questionário como das melhorias, o que acaba por acarretar a pouca adesão ao processo prejudicando-o.

<b>Dados da pesquisa de opinião acadêmica sobre Avaliação Institucional – Curso de Matemática Aplicada e Computacional</b>				
<b>Nº das questões</b>	<b>Alternativas</b>			
	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>
<b>2</b>	6	2	-	-
<b>3</b>	1	7	-	—
<b>4</b>	3	5	-	-
<b>5</b>	1	5	2	-
<b>6</b>	3	4	1	—
<b>1</b>	<b>Entendem</b>		<b>Em Branco</b>	
	8		-	

No curso de Matemática observamos que 6 alunos acham o processo de avaliação institucional importante e não se sentem obrigados a participar. Entretanto, 2 acadêmicos consideram o processo importante, mas se sentem obrigados a participar; 1 estudante diz que os questionários correspondem as suas necessidades, enquanto 7 alunos afirmam que os questionários pouco correspondem as suas necessidades.

As respostas sobre divulgação da avaliação institucional permitem perceber que 3 alunos se sentem muito estimulados pela divulgação a participar do processo, enquanto 5 acadêmicos se sentem pouco estimulados pela divulgação. Observa-se também que 1 estudante afirma que os resultados são muito bem divulgados, entretanto, 5 alunos dizem que os resultados são poucos divulgados; 2 alunos respondem não haver divulgação dos resultados, 3 consideram notar muitas melhorias proporcionadas pela avaliação institucional; já 4 alunos afirmam que são poucas as melhorias proporcionadas pelo processo e 1 aluno diz não haver melhorias.

Com base nessas informações podemos concluir que o processo de avaliação institucional que a Universidade Católica Dom Bosco vem desenvolvendo ao longo dos anos, visando atender as necessidades dos alunos e dos professores, tem credibilidade à avaliação institucional que vem implementando, no entanto ainda há falhas nesse processo, que está prejudicando seu desenvolvimento. Pois a partir do momento que o acadêmico, agente principal desse processo, não entende a necessidade e a importância do método, tornando-se assim mera burocracia, a avaliação perde seu principal objetivo, o que acaba por causar uma reação em cadeia, que vai desestruturar todo o processo democrático da avaliação, especialmente por termos detectado que a maioria das respostas dadas pelos acadêmicos, sujeitos da pesquisa, 73, fazem referência à falta de

informação e divulgação tanto do que significa a avaliação institucional e principalmente dos resultados da pesquisa assim como as medidas que a instituição toma para introduzir melhorias desde o ponto de vista acadêmico, administrativo e de infra-estrutura.

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, outra IES analisada nesta pesquisa, teve sua criação em 16 de setembro de 1969, através da Lei nº 2.947, ainda pelo Estado de Mato Grosso. No ano seguinte, o Decreto nº 1.072/70 institui a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT. Finalmente, a Lei nº 6.674, de 1979 (ano da instalação política do novo Estado) autoriza a sua transformação em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e torna-se, a partir de então, uma fundação pública de direito privado, vinculada ao MEC, com funções básicas de produção e difusão do conhecimento, através do ensino, pesquisa e extensão, e foro na cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em seu documento “Projeto de Avaliação Institucional (1994)” ressalta o equilíbrio existente na utilização de seus recursos nos três turnos, pois os cursos noturnos, sobretudo nos Centros Universitários localizados nos municípios de: Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, anteriormente havia Dourados, hoje tornou-se Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Coxim e Paranaíba, oferecem cerca de 45% de todas as vagas da UFMS, o que demonstra a preocupação institucional em satisfazer as especificações da demanda real do Estado.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em atendimento ao seu compromisso social e não dispondo do Plano de Ação/1993 fez a opção em realizar uma administração participativa em que os diretores de Centros (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, Ciências Exatas e Tecnologia – CCET, Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS) e de Núcleos (Núcleo Experimental de Ciências Agrárias – NCA, Núcleo de Ciências Veterinárias – NCV, Núcleo de Informática – NIN, Núcleo do Hospital Universitário – NHV, Núcleo de Odontologia – NOD) e os respectivos chefes de departamento, após discussão, definiram 12 objetivos para a IES compatíveis com a dotação orçamentária aprovada para o ano de 1993 – sistematizada no documento “Agenda Mínima” e em decorrência desse planejamento foi implementado o Planejamento Estratégico na instituição cujos Programas e Projetos foram orientadores de ações de toda comunidade universitária.

Conforme consta no documento “Projeto de Avaliação Institucional – 1994” o objetivo principal do Planejamento Estratégico é:

propiciar condições de realização dos anseios das unidades organizacionais da UFMS, referentes a avaliação institucional, manifestados por época das análises e discussões do Planejamento Estratégico, no sentido de rever e aperfeiçoar continuamente o projeto acadêmico e sócio-político da Instituição.

A avaliação institucional nasce do Planejamento Estratégico elaborado pela UFMS com a participação dos diversos setores da IES possibilitando aos diferentes segmentos da instituição estar ali representado.

Os objetivos específicos apresentados no documento “Projeto de Avaliação Institucional – 1994” são:

1. Envolver toda a comunidade universitária no processo de avaliação sistematizada como forma de auto-crítica e desenvolvimento.
2. Realizar um diagnóstico organizacional e funcional no sentido de conhecer as interdependências das atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão.
3. Reforçar o compromisso com a sociedade.
4. Redimensionar os Planos Anuais relativos ao Programa de Qualidade/Projeto Avaliação, contidos no Plano Diretor.
5. Implementar mudanças nas atividades acadêmicas do ensino, pesquisa e extensão e sua gestão visando a formulação de projetos pedagógicos institucionais socialmente legitimados e relevantes.

De acordo com o referido documento houve preocupação da equipe participante do Planejamento Estratégico realizar o processo de sensibilização a respeito da relevância da Avaliação Institucional, pois alguns segmentos da IES apresentaram-se resistentes a tal procedimento.

O processo de sensibilização foi organizado em duas fases. A primeira coube a equipe PROLAN/Comissão de Avaliação analisar os dados coletados no Planejamento Estratégico e na elaboração de um quadro comparativo referente ao desempenho médio da Universidade em geral, por cursos e departamentos nos três anos anteriores a 1994.

Na segunda fase houve a contratação de uma consultoria externa para aconselhamento e correções referentes a metodologia utilizada, treinamento dos membros da Comissão de Avaliação com a finalidade de divulgar o projeto de Avaliação Institucional para toda universidade, elaborar o instrumento a ser utilizado para a pesquisa de opinião e a sensibilização por meio de realização de seminários para os diversos segmentos da UFMS.

O trabalho da avaliação institucional foi composto por sete etapas. A primeira foi a elaboração de um diagnóstico da instituição envolvendo a situação passada e atual da universidade nos seus diversos cursos. A prioridade no questionamento seria

levantar os anseios dos usuários em relação aos serviços da UFMS, o quanto a instituição tem atendido a esses anseios, o grau de conhecimento das instalações, máquinas e equipamentos a disposição dos professores e acadêmicos, absorção, pelo mercado de trabalho, dos profissionais formados na IES, quais os cursos de excelência referenciados no mercado, uso da biblioteca, processos gerenciais (PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 1994).

Na segunda etapa foi realizada a avaliação interna, detectando-se os pontos favoráveis e desfavoráveis, os desempenhos acima e o abaixo da média da instituição, apontados na pesquisa de opinião. Os resultados dessa avaliação interna subsidiaram uma análise qualitativa e propiciaram a realização da auto-avaliação de cada curso.

Na terceira etapa foi realizada a avaliação externa pela equipe da Comissão de Avaliação de posse dos relatórios de auto-avaliação dos cursos, elaborou e expediu um instrumento, que atendesse aos resultados obtidos na etapa de realização do diagnóstico e as sugestões decorrentes da análise interna, para a realização da coleta de opinião e sugestões de correção e aperfeiçoamento (PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 1994).

A quarta etapa, conforme consta no referido documento, denominada de reavaliação interna coube a Comissão de Avaliação organizar relatórios consolidados na etapa anterior e realizar a divulgação interna desses relatórios, o que possibilitou a cada curso a discussão e reflexão do seu desempenho. Nesta etapa também estava previsto o encontro entre a Comissão de Avaliação e o consultor externo para que fosse feito os ajustes finais necessários.

A quinta etapa, Realimentação e Difusão, momento em que a Comissão de Avaliação gerenciou as atividades do processo decisório, contou com apoio da Assessoria de Comunicação Social para elaboração do sumário de todo o processo de avaliação institucional e a sua respectiva publicação.

A sexta etapa, Implementação das Medidas Corretivas e de Aperfeiçoamento teve como objetivo propiciar condições à melhoria do desempenho dos cursos da UFMS, sendo função das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão o gerenciamento do processo e a inclusão das medidas corretivas e de aperfeiçoamento nos programas institucionais apontados no Planejamento Estratégico.

A última etapa foi de avaliação do projeto cuja finalidade foi verificar o cumprimento dos objetivos gerais e específicos do projeto de avaliação institucional, por meio da análise quantitativa dos percentuais das metas alcançadas, e a divulgação a todos os usuários da UFMS.

O documento “Avaliação Institucional da UFMS de 1997” apresenta os mesmos encaminhamentos para o desenvolvimento da avaliação institucional do documento de 1994 e reforça que o Planejamento Estratégico

demonstrou a potencialidade da instituição em trabalhar de forma integrada num processo global, através das discussões desenvolvidas por todos os seus segmentos, proporcionando maior transparência acerca de aspectos institucionais e de sua estrutura geral, bem como a legitimidade do processo.

O que reforça o princípio da realização de uma avaliação sistemática, contínua e independente de mudanças na administração central da UFMS, conforme aponta o documento de 1997.

De acordo com esses documentos observa-se que a instituição concebeu a Avaliação Institucional como processo de revisão e redirecionamento das ações institucionais alimentadas pelo Planejamento Estratégico, de forma participativa, mas não há relatos de sua realização e as respectivas ações corretivas. Conforme entrevista com membro da CPA, realizada em fevereiro de 2006, informa que em 1999 o MEC instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e para que o docente pudesse obter esta gratificação foi necessária uma avaliação sistematizada da atividade docente, de periodicidade anual. Anterior a implantação da GED, diz membro da CPA, que alguns cursos faziam avaliação, mas foi em 1999 que a universidade aprovou que todas as disciplinas deveriam ser avaliadas, mas novamente não foi implantada.

Somente no ano de 2004 com a aprovação do SINAES é que se estabelece a Comissão Própria de Avaliação da UFMS para desenvolver um trabalho sistemático, anterior a isso foram ações isoladas de alguns cursos, cuja dimensão avaliada foi a atividade docente.

A composição da CPA foi uma decisão que seria de participação igualitária dos diversos segmentos, ou seja, três professores, três técnico-administrativos e três discentes.

A função da CPA na UFMS foi de montar a avaliação, para isso foram realizadas diversas reuniões de amplitude mais geral para discussões da maneira que seria aplicada a Avaliação Institucional e definir os instrumentos a serem aplicados, seguindo as 10 dimensões apontadas no SINAES: 1- Planejamento Institucional; 2- Produção Acadêmica; 3- Responsabilidade Social; 4- Relação da UFMS com a comunidade; 5- Recursos Humanos; 6- Administração Acadêmica; 7- Infra-estrutura física e tecnológica; 8- Integração entre Plano de Desenvolvimento Institucional e avaliação; 9- Atendimento ao Discente e 10 – Gestão Financeira.



Para a sensibilização de toda comunidade acadêmica foram realizadas reuniões com os dirigentes dos centros universitários, no interior, com os docentes, coordenadores de curso, com a finalidade de explicar o objetivo da avaliação, as respectivas dimensões, a importância do envolvimento dos diversos segmentos no processo de avaliação institucional. A partir dessas reuniões foi elaborado um plano, segundo entrevista com membro da CPA, e foi apresentado para que a comunidade acadêmica acrescentasse sugestões e modificações, o plano final é que foi operacionalizado.

Como esclarece membro da CPA, que na instituição pública a prática da participação já está instituída, mas não ocorreu a participação esperada por parte dos discentes. Analisa que pode ter havido falha de sensibilização de modo que deixasse os discentes convencidos da real necessidade de sua participação.

A Avaliação Institucional na UFMS é um instrumento que permite uma análise mais consistente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para onde se queria ir, até onde chegou e com isso realizar algumas correções de rumo.

A CPA organiza e encaminha os dados levantados aos coordenadores de curso, chefes de departamento, para a direção e por último as pró-reitorias para que possam rever a instituição com vistas a sua melhoria nos diversos aspectos.

De posse dos documentos da UFMS e da entrevista com membro da CPA, analisa-se que embora esteja sendo implantada é possível constatar uma preocupação com a participação dos diversos segmentos da instituição e a preocupação com a coerência do estabelecido no PDI.

### **3. A Metodologia da Pesquisa**

A metodologia escolhida corresponde ao enfoque histórico crítico que compreende uma ampla pesquisa de fontes em diferentes campos durante a década de 1980 e 1990. A abordagem histórica compreendida como um processo contínuo, constituído por rupturas e descontinuidades, e não uma mera somatória de fatos; é uma construção social, e não uma sucessão linear de fatos, portanto não se trata de um desencadeamento incessante de causas e efeitos que se sucedem num espaço e num tempo dado.

Sendo assim, compreende-se que a transformação do homem e de sua história, ocorre a partir das necessidades materiais e das idéias, como produto da existência

humana como a expressão das relações e atividades reais do homem, estabelecidas no processo de produção de sua existência. Portanto, as idéias representam aquilo que o ser humano faz seu modo de viver, de se relacionar com os outros no mundo, expressando suas próprias necessidades. A “... realidade é um dado objetivo (constante e durável) e também subjetivo (por isso dinâmico), na medida em que o sujeito é parte constituinte do ser social” (KOSIK, 1969, p. 48).

Tanto a sociedade quanto a realidade são dinâmicas e concretamente definidas, assim, a história constitui-se num processo dinâmico e transformador na medida em que se torna “o eixo da explicação e compreensão científica tem na ação uma das principais categorias epistemológicas” (FAZENDA, 1997, p. 106).

Com efeito, a relação sujeito/objeto é interativa, de influência mútua, realizada de forma concreta e consciente. É uma relação de síntese entre sujeito e objeto que possibilita conhecer o concreto. Sujeito e objeto se condicionam em uma relação de “mão dupla”, naquilo que é concebido como totalidade concreta que segundo Kosik (1969, p. 36) “... não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres e prioridades, relações e processos da realidade, portanto é uma busca da realidade como totalidade concreta”. Esta idéia de totalidade concreta possibilita a compreensão mais profunda de cada campo do real, portanto, o objeto e sujeito são percebidos na sua dinâmica, tanto de forma diacrônica quanto sincrônica.

### **3.1 Os Procedimentos da Pesquisa:**

- b) Realização de revisão bibliográfica sobre a temática.
- c) Seleção de programas, projetos e documentos que visam à reformulação da avaliação das IES, durante as duas últimas décadas, nos âmbitos do governo federal, estadual e de organizações da sociedade civil –sindicatos docentes, associações de reitores das universidades públicas e particulares, associações de estudantes, entre outros –com a finalidade de identificar os propósitos destes projetos, as tensões e lutas políticas que se travam no contexto da reforma da educação superior.
- d) Seleção e análise dos documentos (discursos oficiais, normas, projetos especiais, etc.) do Ministério da Educação e da Secretaria Estadual de Educação relacionados com a reforma de ensino superior.

- e) Análise dos documentos produzidos pelo MEC e a Secretaria de Estado de Educação que oferecem as orientações e recomendações para a avaliação das IES, nas últimas duas décadas.
- f) Coleta e análise dos documentos dos Organismos Internacionais (Banco Mundial /Cepal /UNESCO/BIRD) que fazem recomendações para a reforma da educação superior na América Latina.
- g) Coleta e análise dos planos e projetos de avaliação institucional da Universidade Católica Dom Bosco e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- h) Entrevista com membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA), docentes e discentes da Universidade Católica Dom Bosco e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

### **Considerações Finais**

Enfim, conforme os dados da pesquisa percebe-se, que a avaliação das Universidades no Brasil era pouco estimulada até os anos de 1990. O PAIUB foi uma das alternativas para tentar criar um sistema de avaliação no país, mas que infelizmente foi desativado durante governo de Fernando Henrique Cardoso, dado que foram privilegiadas estratégias de caráter quantitativas para avaliar os resultados e não processos institucionais. Vários autores discutem esta questão e manifestam que o Estado não deu a devida atenção para avaliar a produção do conhecimento de qualidade, pois sua preocupação foi mais com os números, os resultados estatísticos e com o controle das instituições, do que em verificar a sua pertinência acadêmica.

Outra questão importante a ser apontada é que a palavra avaliação vem sendo usada freqüentemente em nossas vidas, e que muitas vezes chegamos a utilizá-la sem perceber isto. Mas é no campo educacional que ela está mais presente, e cada vez mais se discute que o papel da avaliação não se limita apenas a estudar e entender à relação professor-aluno. Ela se instala no campo Institucional agindo diretamente no sistema e nas políticas educacionais, chegando em certos países a ter um papel tão importante que são criados órgãos especializados, ligados diretamente ao Ministério de Educação, para tratar exclusivamente da avaliação.

Com relação a UCDB conforme a pesquisa documental analisou-se que a instituição tem uma longa relação com a avaliação desde 1986. Mas o processo de avaliação só foi mesmo sistematizado e aperfeiçoado após o ano de 1996 no momento

da incorporação ao PAIUB, foi com base nesse programa que a universidade criou a Comissão de Avaliação Institucional da UCDB e o PAI-UCDB, visando uma maior interação por parte da comunidade acadêmica no processo de avaliação, até o ano 2005 em que se incorporou ao sistema nacional de avaliação. Porém, verificam-se mudanças no interior da universidade para acompanhar as exigências legais e ainda responder a suas necessidades institucionais de auto-avaliação. Os mecanismos utilizados na avaliação sofreram alterações, e mudou até a forma de coleta dos dados a partir da incorporação de novas tecnologias. Constatou-se que apesar de haver um movimento institucional interno querendo avançar para uma efetiva participação da comunidade acadêmica no processo ainda cumpre-se mais um ritual dos controles externos do MEC.

Apesar da existência de um sistema nacional de avaliação, que contempla entre outras dimensões a avaliação institucional, ainda a UCDB, manteve-se presa às exigências formais que compromete de certa maneira a participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação.

De acordo com os documentos disponibilizados pela UFMS para a coleta de dados da pesquisa e entrevista com membro da CPA, a instituição concebe o processo de avaliação institucional como possibilidade ampla de discussão e participação da comunidade acadêmica, de modo a identificar os entraves e problemas da gestão técnico-administrativa e do processo pedagógico e com isso implementar de modo qualitativo a organização curricular, a formação docente entre outros aspectos pedagógicos e administrativos.. Foi possível constatar que a instituição acredita no trabalho conjunto e no conhecimento da realidade institucional e com a aprovação dos SINAES a viabilidade da continuidade desse processo de avaliação de modo participativo que para isso demanda tempo, amadurecimento da equipe para se tornar parte da gestão acadêmica. Acredita-se que esta concepção de avaliação será construída pois se tem a trajetória da participação dos diferentes segmentos na UFMS

Embora a UFMS tenha a prática da participação da comunidade acadêmica com vistas a melhoria da atividade de ensino, pesquisa e extensão, não necessitando de uma avaliação institucional sistematizada, somente efetivou a implantação da avaliação institucional e com isso atendeu a exigência legal, que foi após aprovação do SINAES em 2004, anterior a isso foram ações isoladas e sem continuidade.

## **Referências**

ARAÚJO, C.B.Z.M. de; JARDIM, M.I.A; BONON NETO, O. **A Avaliação Institucional na FIC-UNAES: história, processos e resultados.** Campo Grande-MS:UNAES, 2003.

CATANI, A. M., OLIVEIRA, J.F. E DOURADO, L. F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. (org). **Para uma Universidade Cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002.

CONTERA, Cristina. Modelo de avaliação da qualidade da educação superior. In: DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. (org). **Para uma Universidade Cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002.

CUNHA, L.A . O Ensino Superior no Octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 21, n.82, p. 37-67, abril 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DOURADO, L.F. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n. 80, p. 235-253, setembro/2002.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez Editora. 1997.

FERNANDES, E. B. **Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul – 1979 -2001.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1969.

MATO GROSSO DO SUL. **Indicadores Básicos de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 2002.

MENEGHEL S.M. e LAMAR RAMOS, A. Avaliação como construção social – reflexões sobre as políticas de avaliação da educação no Brasil. In: DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D.I. (org). **Avaliação Democrática. Para uma Universidade Cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002.

MISSÃO SALESIANA DOM BOSCO. Universidade Católica Dom Bosco: Avaliação Institucional – Projeto: **Conhecer Mais Para Caminhar Melhor.** Campo Grande, 2003.

MISSÃO SALESIANA DOM BOSCO. Universidade Católica Dom Bosco: **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Campo Grande, (sem data)

MISSÃO SALESIANA DOM BOSCO. Universidade Católica Dom Bosco. **Auto-estudo das dimensões institucionais da Universidade Católica Dom Bosco para a avaliação da CCAV-CRUB: Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Institucional.** Campo Grande, 2002.

MISSÃO SALESIANA DOM BOSCO. Universidade Católica Dom Bosco: **Estatuto da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, Dezembro de 2004.**

MISSÃO SALESIANA DOM BOSCO. Universidade Católica Dom Bosco. **Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Católica Dom Bosco.** Campo Grande, 2005.

RODRÍGUEZ, M.V. e MARTINS L.G.A. **Expansão do Ensino Superior em Mato Grosso do Sul: análise preliminar.** Artigo elaborado para ser apresentado no VII EPECO, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto de Avaliação Institucional .** Agosto de 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Avaliação Institucional,** 1997.